

**A REDE URBANA E A TENDÊNCIA DE FORMAÇÃO DE METRÓPOLES REGIONAIS EM MOÇAMBIQUE**

**THE URBAN NETWORK AND TRAINING ACT OF REGIONAL METROPOLIS IN MOZAMBIQUE**

**LE RÉSEAU URBAIN ET LA LOI SUR LA FORMATION DES MÉTROPOLIS RÉGIONALES AU MOZAMBIQUE**

**Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveia**

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Docente do Departamento de Ciências da Terra e Ambiente da Universidade Pedagógica de Moçambique – Delegação de Nampula.  
regi.muacuveia@gmail.com

**William Rodrigues Ferreira**

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Docente do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – IG/UFU.  
wferreira@ufu.br

**Recebido para avaliação em 10/01/2018; Aceito para publicação em 15/04/2018.**

**RESUMO**

Este artigo tem por objetivo analisar a atual configuração da rede urbana e as tendências de evolução para a formação de metrópoles regionais ao norte e centro em Moçambique. Enfoca a análise das transformações ocorridas no processo de crescimento socioespacial das cidades que possa subsidiar nas políticas de ordenamento territorial. O trabalho basicamente incorporou os estudos de três grandes cidades do país, localizadas em três regiões distintas, a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE), e abrangeu os processos socioeconômicos e demográficos gerais e regionais nas décadas de 1980, 1997, 2007 e 2017, que estão na base da estruturação e do desenvolvimento da rede urbana moçambicana. Os resultados demonstram que, na hierarquia da rede urbana, existem uma região metropolitana, o sistema urbano-regionais e as aglomerações urbanas de Nampula e Beira, que, segundo a evolução espacial-demográfica, têm condições para atingir o estatuto de região metropolitana nos próximos 10 anos, até 2027.

**Palavras-chave:** Rede Urbana; Aglomerações Populacionais; Moçambique.

**ABSTRACT**

This work aims to analyze the current configuration of the urban network and the trends of evolution that may form in a short time the regional metropolis north and center in Mozambique, focusing on the transformations that occurred in the process of demographic-spatial growth of cities, ways to subsidize territorial planning policies. The study incorporates the studies of three cities, located in three distinct regions, based on data from the National Institute of Statistics (INE), and covered the general and regional socioeconomic and demographic processes in the 1990s, 2000 and 2010 that are the basis structuring and development of the Mozambican urban network. The results show the hierarchy of the urban network, the urban-regional system and the urban agglomerations of Mozambique one is already metropolis and the other two are able to reach the status of metropolitan region in less than 20 years.

**Keywords:** Urban Network; Population Agglomerations; Mozambique.

### RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail est d'analyser la configuration actuelle du réseau urbain et les tendances de l'évolution que pour la formation des métropoles régionales du nord et du centre au Mozambique. Il se concentre sur l'analyse des transformations intervenant dans le processus de croissance socio-spatiale des villes qui peuvent subventionner les politiques d'aménagement du territoire. Les travaux ont essentiellement incorporé les études de trois villes principales du pays, situées dans trois régions distinctes, basées sur des données de l'Institut national de la statistique (INE) et couvrant les processus socio-économiques et démographiques généraux et régionaux dans les années 1980, 1997, 2007 et 2017 qui sous-tendent la structuration et le développement du réseau urbain mozambicain. Les résultats montrent dans la hiérarchie du réseau urbain il y a une région métropolitaine, le système urbain-régional et les agglomérations urbaines de Nampula et Beira selon l'évolution spatiale-démographique sont en mesure d'atteindre le statut de région métropolitaine dans les 10 prochaines années, en 2027.

**Mots-clés:** Réseau Urbain; Agglomérations de Population; Mozambique.

---

## INTRODUÇÃO

A urbanização como um processo é acompanhada circunstancialmente pela formação de redes. Desde a Revolução Industrial, isto se deu incidentalmente nos países desenvolvidos da Europa Ocidental e América do Norte, de forma muito lenta nos finais do século XVIII. Contrariamente ao que sucedeu nos países subdesenvolvidos da África, América Latina e Ásia que ocorreu muito recentemente em pleno século XX e de forma rápida e acelerado aumento demográfico (VENNETIER, 1991).

Segundo Acioly (1993), o mesmo considera que, de facto, os países do continente africano, mais concretamente da África Subsaariana, região a qual Moçambique faz parte, enfrenta, na atualidade, graves problemas consequentes da urbanização rápida ou acelerada, característico de vários países em desenvolvimento que afetam a qualidade de vida urbana.

Desde finais das duas últimas décadas do século XX, o processo de urbanização em Moçambique tem sido muito acelerado, situação que tem merecido destaque no Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT, 2008), devido à expansão desordenada e à formação e consolidação de novos centros urbanos, crescimento das cidades pequenas, médias e tendência de surgimento de áreas metropolitanas no país.

Tais acelerações surgem principalmente com o PRE (Programa de Reabilitação Económica) e PRES (Programa de Reabilitação Económica e Social), a partir dos processos de reestruturação económica que ocorreram no país, nos finais da década de 1980, cujos impactos se fizeram sentir na estrutura urbana e na dinâmica da evolução populacional por meio da migração.

Portanto, diante desse cenário, a elaboração de um grande quadro referente à configuração e compreensão da rede urbana moçambicana contribui para o entendimento da estrutura urbana do país constitui importante subsídio à definição ou reformulação das políticas de ordenamento territorial vigentes em Moçambique nos âmbitos nacionais, regionais e municipal.

Com base nesse entendimento e cientes das necessidades de se formar uma base analítica para a reformulação de políticas urbanas, a partir de estudos efetuados pelo MAE (Ministério da Administração Estatal) e o INE (Instituto Nacional de Estatística), que definem e caracterizam a rede urbana em Moçambique até o ano de 2017, através de dados de Recenseamentos Gerais da População e Habitação que constituem um dos estudos fundamentais sobre o conhecimento da cidade e rede urbana do país.

O artigo tem por objetivo analisar a atual configuração e tendências de evolução da rede urbana do país, enfocando as transformações ocorridas no processo de crescimento demográfico e espacial das cidades moçambicanas, de forma a contribuir para a reformulação da política de ordenamento territorial ou adoção de novos critérios para a definição da hierarquia da rede urbana em Moçambique.

A urbanização em Moçambique é considerada no âmbito da Política do Ordenamento do Território (Lei n.º. 29/2007) e enfatizada no Decreto Lei 60/2006 sobre o Regulamento do Solo Urbano que define os instrumentos de planejamento ao nível municipal ou autárquico (MOÇAMBIQUE, 2006; 2007).

A conjectura central do estudo é de que as tendências da urbanização moçambicana e o sistema urbano agregam a evolução demográfica e englobam transformações socioespacial. Dessa forma, procedeu-se à análise das transformações examinando-se as relações urbanização - dinâmica demográfica, determinante o primeiro. Ou seja, argumento central desenvolvido é o de que, nos finais da década de 1990, no contexto do crescimento populacional, o maior grau de deslocação da população rural para as áreas urbanas estimulou sobre a urbanização e o sistema de cidades moçambicanas.

A partir da caracterização demográfica se pode evidenciar o seu impacto sobre a estruturação da rede urbana e os desdobramentos espaciais decorrentes, bem como as razões desses desdobramentos, distinguindo áreas dinâmicas, áreas com tendências de estagnação em termos de mudanças na estrutura regional. Por outro lado, a caracterização da rede urbana regional identifica as mudanças ocorridas na conformação do sistema urbano regional no período recente, desde o ano 2000 a 2017, articulando essas alterações com as principais tendências de evolução demográfica no desenvolvimento regional.

Tratou-se também das características demográficas, nas décadas de 1980 a 2017, uma vez que são essas particularidades que, em grande medida, determinam as trajetórias urbano-regionais recentes, bem como alterações nas formas.

A identificação das tendências recentes da urbanização e formação da rede urbana no nível nacional e regional em Moçambique foi feita a partir de análise espacial dos processos demográficos e socioeconômicos. Foram constituídas para o presente estudo, categorias analíticas para o território Moçambicano, a partir de conceitos como:

a) *Cidade Pequena* – retratam espaços ainda dominados pelo cotidiano rural e que, em grande parte, estão à margem do avanço do agronegócio e da agricultura modernizada (WANDERLEY, 2001).

b) *Cidade Média* – aquelas que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes. Porém, não se podem conceituar essas cidades como médias apenas empregando o elemento demográfico, pois a leitura e a análise de uma cidade média, bem como pequena, devem estar articuladas em diferentes escalas de análise, a partir de combinações particulares entre o tamanho demográfico, o plano morfológico e as funções e usos urbanos que as colocam em diferentes papéis e posições/situações (não hierarquicamente rígidas) na rede urbana (SPOSITO, 2007).

c) *Metrópoles* são grandes aglomerações urbanas que albergam muita população e apresentam variadas atividades como de indústrias, comércio e serviços diversos (FREITAS, sd), são aquelas que conseguem exercer alguma influência econômica ou cultural sobre uma vasta extensão de terras.

Essas aceções no estudo da rede urbana de acordo com Corrêa (2003, p. 135) são feitas:

Com base na gênese, tamanho, estrutura e funções. Incluindo o seu contexto socioeconômico e político, produção industrial, atividade comercial existente e os ganhos das populações aí residentes, ou seja, através de classificações topológicas ou físico-estruturais; político-administrativas; demográficas e econômico-sociais (CORRÊA, 2003, p. 135).

Por isso, segundo Leitzke e Fresca (2009), para se identificar uma cidade média é preciso ter o entendimento do contexto socioeconômico de sua inserção. A partir dessa visão foi possível identificar as mudanças ocorridas na rede urbana do país. Tais análises incorporaram os estudos do censo de 1980, 1997, 2007 e dados preliminares do Censo de 2017 do INE – Instituto Nacional de Estatística. As análises e os estudos mencionados se baseiam da atual configuração da rede urbana, permitindo identificar:

- i) O perfil da rede urbana e as funções específicas desempenhadas pelos centros urbanos (satélites e outras);
- ii) A distribuição dos centros urbanos por classes de tamanho da população;
- iii) Identificação dos “nós” da rede urbana, a partir dos diferentes níveis de centralidade, com base nos fluxos de pessoas e bens;
- iv) Identificação de categorias da rede urbana e de centros urbanos regionais.

O estudo foi feito com bases de análise demográfica e socioeconômica, pois elas têm impacto na estruturação e desenvolvimento da rede urbana de Moçambique. Enfocam os processos econômicos regionais e seus desdobramentos na configuração e nas tendências da rede de cidades de cada uma das grandes regiões geográficas do país (sul, centro e norte) como um todo e para cada uma dessas grandes regiões geográficas.

Esses aspectos de análise regional resultaram em cinco referenciais básicas que configuram a rede urbana moçambicana, a saber: Região Metropolitana Nacional, Centro regional, Centro Provincial e pequenas cidades e vilas que se interligam entre si.

No que se refere à localização espacial de Moçambique, o mesmo está na costa oriental da África Austral, entre os paralelos 10° 27' e 26° 56' latitude Sul e os meridianos 30° 12' e 40° 51' longitude Leste. Sua capital é Maputo e a língua oficial o português. Limita-se ao norte pela Tanzânia, a noroeste pela Zâmbia e Malawi, a oeste pela Suazilândia e pelo Zimbábwe, a sul e oeste pela África do Sul e a leste pelo Canal de Moçambique. (Figura 1).



Figura 1 – Localização geográfica de Moçambique

Fonte: <<http://www.maplibrary.org/stacks/africa/mozambique.index.php>>; Org. Autor, 2018.

O país apresenta uma área de cerca de 800.000 km<sup>2</sup> de terra emersa, acostada pelo Oceano Índico a leste; Norte limitado pela República da Tanzânia; Sul a Suazilândia, Lesoto e república da África do Sul; Oeste Zimbabwe, Zâmbia e Malawi.

O território é dividido administrativamente em três regiões (norte centro e sul), possui 11 províncias, nas quais cada uma apresenta uma cidade capital. Além disso, o país é composto por cerca de 128 distritos. Dentro dos distritos encontramos vilas, distribuídas por postos administrativos e localidades que garantem o seu funcionamento.

O relatório do Fundo das Nações Unidas para a População - UNFPA (United Nations Population Fund) prevê que em 2030 a população urbana no continente africano atinja a cifra de cerca de 80%, números assustadores pela forma e estrutura que o processo se dá (UNFPA, 2017).

Apesar de o país ter passado por um período de conflito armado que se sucedera imediatamente após o término do outro (colonial), Moçambique teve uma população em crescimento vertiginoso. De acordo com dados do INE, Moçambique tinha 12.185.777 habitantes em 1980, subiu para 16.141.837 habitantes em 1997, daí cresceu para 20.548.749 no censo de 2007 e, por último, dados preliminares do censo de 2017 indicam uma população de 28.968.834 habitantes.

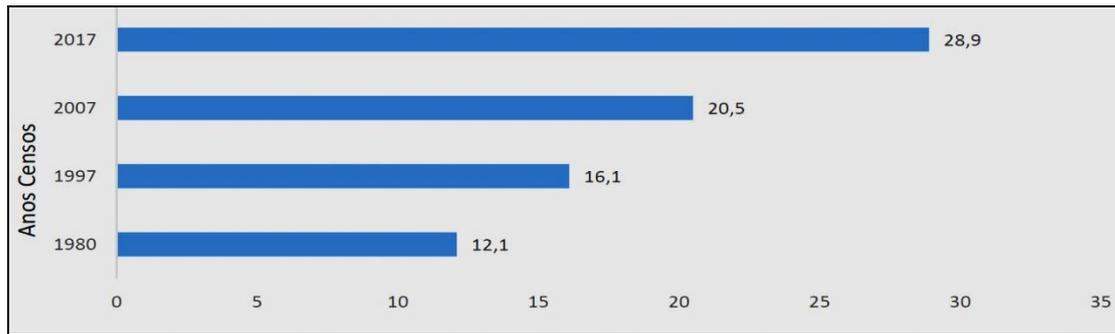


Gráfico 1 – Evolução da População de Moçambique por Censos 1980 – 2017  
Fonte: INE (2017).

Do total da população moçambicana, de acordo com o Censo de 2007, somente 8.766.777 habitantes vive nas cidades, equivalente a 32% da população e o restante faz parte da população rural. Apesar de aumento da população urbana nas últimas três décadas, a população rural é superior à urbana, a qual tende a crescer substancialmente (Tabela 1).

Tabela 1 – População urbana e rural em Moçambique nos censos de 1997-2007

População	1997	%	2007	%
Total	16.075.708	100%	20.530.714	100%
Urbana	4.601.100	28.62%	6.203.035	30.21
Rural	11.474.608	71.38%	14.327.679	69.79

Fonte: Dados do INE, 1997 e 2007.

Os dados mostram a percentagem da população rural e urbana de Moçambique nos censos de 1997 e 2007, onde nota-se um crescimento da população urbana, a qual, em 1977, representava 28% da população total, passando para 30% no censo de 2007. Portanto, para o atual se acredita que esse número tenha aumentado substancialmente nesses últimos 10 anos na razão da continuação da movimentação campo-cidade.

## CONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA DE MOÇAMBIQUE

A configuração atual da rede urbana de Moçambique foi desenvolvida com base em um conjunto de critérios referentes à tipologia de tamanho dos centros urbanos e o perfil ocupacional dos centros urbanos que teve a sua estrutura consolidada na maior parte antes de 1975, período da independência nacional de Moçambique.

A classificação da rede urbana está baseada em critérios e indicadores que consideraram a intensidade relativa de cinco características que qualificam a posição dos centros urbanos na rede urbana moçambicana e as distintas formas espaciais que configuram a rede urbana.

A dimensão do processo de urbanização tem relação ao conjunto da rede urbana brasileira, identificada por indicadores demográficos, como grau de urbanização, taxa de crescimento, densidade demográfica, nível de oferta e de consumo de serviços urbanos e anos de estudo da população, com vistas a identificar a escala da urbanização.

Assim, na classificação da rede urbana moçambicana foram identificadas três categorias que são as seguintes:

- *Cidades médias Nacionais e Regionais* - esses três estratos superiores da rede são integrados por 13 centros urbanos com a exceção da região do grande Maputo, capital do país que é uma aglomeração urbana metropolitana;

- *Centros urbanos Regionais* - abrangem três centros urbanos, sendo que, desses, um como já se fez menção corresponde à área metropolitana.

- *Centros Sub-Regionais* totalizam 11 centros urbanos.

A rede urbana do país é constituída por 53 centros urbanos, 12 deles aglomerações urbanas médias. Atualmente existe uma área metropolitana, o Grande Maputo, e os municípios de Maputo e Matola concentram 9,4% da população total do país. As 12 aglomerações urbanas médias envolvem cerca de 50 municípios.

A rede urbana do país compreende o conjunto de centros urbanos que polarizam o território nacional e os fluxos de pessoas, bens e serviços que se estabelecem entre eles e com as respectivas áreas rurais (vilas sedes de distritos, postos administrativos e localidades).

É formada por centros urbanos de dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si de diferentes magnitudes. São essas interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura, cuja compreensão é fundamental para o estabelecimento de metas de políticas públicas de ordenamento territorial (Figura 2).

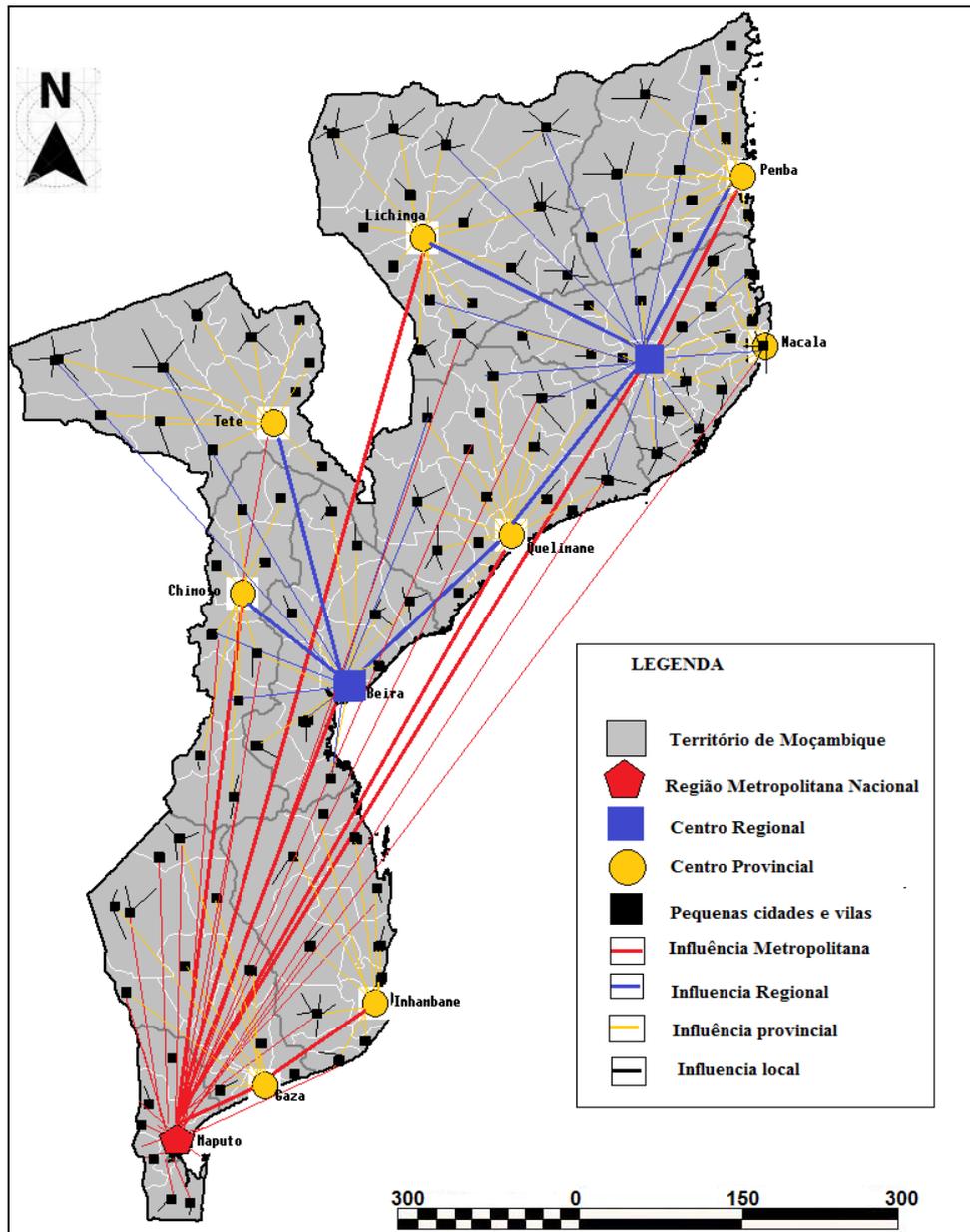


Figura 2 – Classificação da rede urbana em Moçambique  
Fonte: Autor, 2018.

O quadro a seguir evidência a rede urbana de Moçambique, cuja variação demográfica e socioeconômica foi feita a partir da análise de dados dos Recenseamentos Gerais da População e Habitação, sendo o primeiro realizado em 1980; o segundo foi em 1997; o terceiro em 2007; o quarto e recente em 2017, cuja informação existente é referente aos dados preliminares (conforme a Tabela 2).

Tabela 2 – Principais cidades de Moçambique

Principais Cidades	População			
	1980	1997	2007	2017*
Maputo	555.000	985.584	1.099.102	1.101.170*
Matola	206.000	430.280	675.422	1.616.267*
Xai-Xai	44.000	103.251	116.343	143.128*
Inhambane	54.990	54.147	63.867	79.724*
Beira	239.744	412.588	436.976	533.825*
Chimoio	74.372	177.608	238.976	372.821*
Tete	47.000	104.832	152.909	305.722*
Quelimane	62.174	153.187	192.876	349.842*
Nampula	156.185	314.956	477.900	743.125*
Nacala	80.426	164.309	207.894	225.034*
Lichinga	41.000	89.043	142.253	213.361*
Pemba	43.000	88.149	141.316	201.846*

\*Dados preliminares

Fonte: Dados dos Censos de 1980, 1997, 2007 e resultados preliminares do Censo de 2017. Org.: Autor, 2018.

Analisando a tabela, constata-se que essa tendência de crescimento registrou um ligeiro abrandamento nas pequenas cidades. Com o fim da guerra moçambicana, em 1992, parte da população voltou para as suas zonas de origem e outra significativa permaneceu nas cidades de refúgio em assentamentos precários nas grandes cidades, nomeadamente Maputo, Matola, Beira, Nampula, Quelimane, Tete e outras capitais provinciais e vilas.

Algumas Capitais de Províncias compreendem as conurbações não metropolitanas de Dondo (Beira) e Rapale (Nampula), Moatize (Tete), sendo que esses centros urbanos polarizam a sua influência nas regiões geográficas onde estão inseridos.

As Cidades Regionais constituem a rede das cidades médias, cuja maioria é constituída pelas capitais das províncias, exceto Cuamba, Montepuez, Nacala, Mocuba, Dondo, Songo, Manica, Maxixe, Bilene e Matola, as quais concentram um parque industrial e de serviços urbanos regionais.

O restante da estrutura territorial da zona costeira e o interior rural são constituídos por pequenas vilas sedes de distritos, postos administrativos e localidades, cuja economia é de base rural, constituindo centros de extensas áreas rurais albergando serviços políticos administrativos de seu nível e pequenos estabelecimentos comerciais de venda de produtos básicos, associado a uma pequena indústria extrativa dispersa.

## O URBANISMO NO SISTEMA DE GESTÃO DO TERRITÓRIO EM MOÇAMBIQUE

O sistema de planejamento e ordenamento do território encontra-se estritamente relacionado e dependente da evolução do quadro institucional. Para se compreender a operacionalidade de um dado Sistema de Gestão do Território (SGT), é indispensável uma reflexão sobre a sua relação. O sucesso das políticas e dos planos de ordenamento e planejamento do território estão também dependentes da maneira como o Estado se organiza para resolver os problemas do território (ALVES, 2007).

O SGT em Moçambique está igualmente relacionado e dependente da estrutura política administrativa. A distribuição de competências sobre o ordenamento do território, por diferentes ministérios e outros órgãos do governo, tem grande influência na operacionalização dos planos e políticas territoriais. Em termos administrativos, o território moçambicano subdivide-se em províncias, distritos, cidades, vilas, postos administrativos, localidades e povoações ou aldeias e as zonas urbanas são estruturadas em cidades e vilas:

1- *Província* é a maior unidade territorial da organização política, económica e social da Administração local do Estado. As Províncias são constituídas por distritos, postos administrativos e localidades (MOÇAMBIQUE, 2003).

2- *Distrito* é a unidade territorial principal da organização e funcionamento da administração local do Estado e base da planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique. O distrito é composto por postos administrativos e localidades (MOÇAMBIQUE, 2003).

3- *Posto Administrativo* é a unidade territorial imediatamente inferior ao distrito, tendo em vista garantir a aproximação efetiva dos serviços da administração local do Estado às populações e assegurar maior participação dos cidadãos na realização dos interesses locais. O Posto administrativo é constituído por localidades (MOÇAMBIQUE, 2003).

4- *Localidade* é a unidade territorial base da organização da administração local do Estado. A localidade compreende aldeias e outros aglomerados populacionais inseridos no seu território (MOÇAMBIQUE, 2003).

5- *Municípios* correspondem à circunscrição territorial das cidades e vilas.

Desta forma, existem: *onze províncias* (incluindo a cidade de Maputo), *154 distritos*, e *mais de 419 Postos* administrativos, 53 municípios (INE, 2017).

Portanto, constatou-se que em Moçambique as competências das questões urbanas encontram-se sob tutela de diversas instituições do Estado. Desde o nível ministerial ao governo tradicional (régulos), aos órgãos locais nos municípios dispersam-se as atribuições no que se refere à:

a) *Administração urbana* - o Ministério da Administração Estatal (MAE), através da Direção Nacional para o Desenvolvimento Autárquico, é o conselheiro das autoridades locais e municipais em matéria de administração pública, uma coordenação que tem como veículo a Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM). A gestão e capacitação dos recursos humanos estão a cargo do Ministério da Função Pública e das suas instituições de formação.

b) *Gestão fundiária e predial* - Em Moçambique a terra é propriedade do Estado. O Ministério da Justiça gere o cadastro de terra (no que se refere à mudança ou transferência do direito de uso da terra) e titulação da propriedade, e o Ministério da Agricultura partilha destes serviços para além de ratificar os planos de uso de terra. Há casos como das cidades de Maputo e Matola em que existe o cadastro municipal de terra, porém em condições precárias.

c) *Planejamento e Desenvolvimento Urbano* - cabem ao Ministério das Obras Públicas e Habitação a elaboração da Política Nacional de Terra Urbana, de Habitação e o controle da qualidade de infraestruturas públicas. O Ministério do Ambiente elabora e coordena a execução da política ambiental e é também responsável pelo planeamento territorial e urbano. Por seu turno o Ministério da Planificação e Desenvolvimento é responsável pela planificação e orçamento aos níveis nacional e local.

d) *Gestão Urbanística* - os órgãos locais nomeadamente os municípios são responsáveis pela urbanização, execução da política da habitação, registo e construção, preparação e aprovação dos planos de uso e aproveitamento de terra em coordenação com as instituições centrais relevantes, responsáveis pela sua ratificação.

Segundo Forjaz (2009), em Moçambique, os problemas de planeamento urbano, como ação pública podem ser conciliados em dois eixos. Por um lado, os problemas da expansão urbana, sobretudo nas grandes cidades capitais provinciais e na capital do país, e por outro eixo o usufruto da terra pelo Estado que intenta o poder sobre a terra.

Existem várias entidades com competências em matéria de planeamento urbano, porém as responsabilidades não estão claras, sendo os governos locais os últimos e únicos responsáveis pela execução. Veremos a frente que a questão metropolitana não consta do quadro institucional e legal moçambicano, não obstante estar presente a noção de cooperação intermunicipal.

## TRANSFIGURAÇÕES DA REDE URBANA EM MOÇAMBIQUE

Os impactos mais significativos dos processos de alteração na dimensão espacial do desenvolvimento em termos da urbanização e da rede urbana de Moçambique são os seguintes.

Nas diversas regiões do país vêm ocorrendo mudanças no formato das redes urbanas regionais, com peso crescente das cidades médias e com o alastramento do fenômeno de consolidação de aglomerações urbanas não metropolitanas.

No país, a aglomeração urbana metropolitana (Grande Maputo) continua concentrando população e apresentando um peso cada vez mais crescente, distinguindo-se a região sudeste das restantes. Portanto, as cidades médias como Nampula, Beira, Quelimane, Matola, Tete, não obstante continuarem concentrando volumes expressivos de população vai perdendo peso para algumas aglomerações urbanas como Tete para Songo, Quelimane para Mocuba, Beira para Dondo e também para os pequenos núcleos urbanos locais. Em praticamente todas as grandes regiões geográficas, as pequenas cidades apresentam saldos migratórios positivos, retratados pelo alto crescimento populacional.

No período 2000 - 2017 observa-se a consolidação de novas áreas nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Maputo, Gaza. Tal fenômeno denota um padrão de ocupação diferente das frentes pioneiras dos anos 1960, quando o processo de criação de cidades se dava de modo muito menos adensado devido à importância que assumia o povoamento rural.

A configuração atual e as perspectivas dinâmicas dos sistemas urbanos podem ser observadas a partir de três estruturas urbanas regionais: Norte, Centro e Sul.

- A estrutura urbana do Norte é formada pelos sistemas urbano-regionais de Nampula, Cabo Delgado e Niassa, cujo processo de transição para uma economia urbano-industrial ainda está em consolidação, com a implantação e consolidação do corredor de Nacala, o qual poderá formar novos núcleos urbanos ainda em processo de consolidação, como a indústria do gás, em Cabo Delgado, e da dinâmica da zona econômica especial de Nacala. O corredor engloba as províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia.

Esse processo se manifesta no expressivo contingente de população que ainda reside em núcleos rurais de pequenas dimensões, elevadas taxas de incremento da população urbana e, particularmente, no caso de Nacala e Mocimboa da Praia e Palma, que constituem um significativo indicador de nova primazia urbana por despontar (Figura 3).

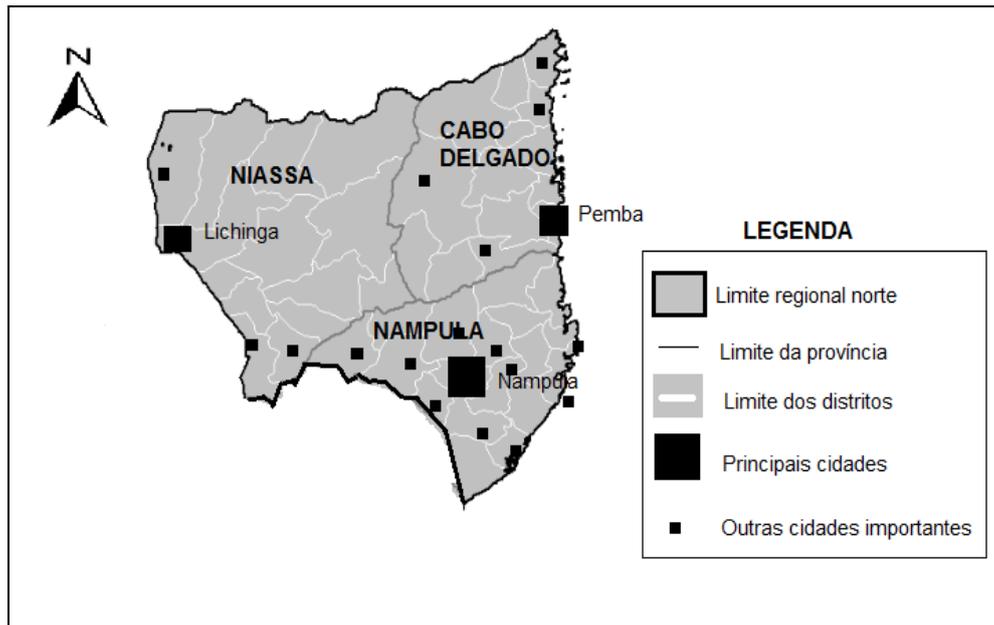


Figura 3 – Região norte de Moçambique  
Fonte: Autor, 2018.

- O Centro corresponde ao cinturão de Manica e Tete encontram-se as cidades de Chimoio e Tete e o cinturão de Sofala e Zambézia, onde situam-se as cidades da Beira e Quelimane. É a região que comporta maior número de províncias (4) e onde situa-se a cidade da Beira, que exerce forte influência regional, podendo a breve se transformar em metrópole regional, devido ao seu potencial de desenvolvimento econômico, com a presença do porto da Beira e o corredor ferroviário com o mesmo nome, verificando-se um elevado crescimento urbano das vilas e cidades de porte médio nas suas proximidades, em especial o município de Dondo, Gorogosa, Nhamatanda (Figura 4).

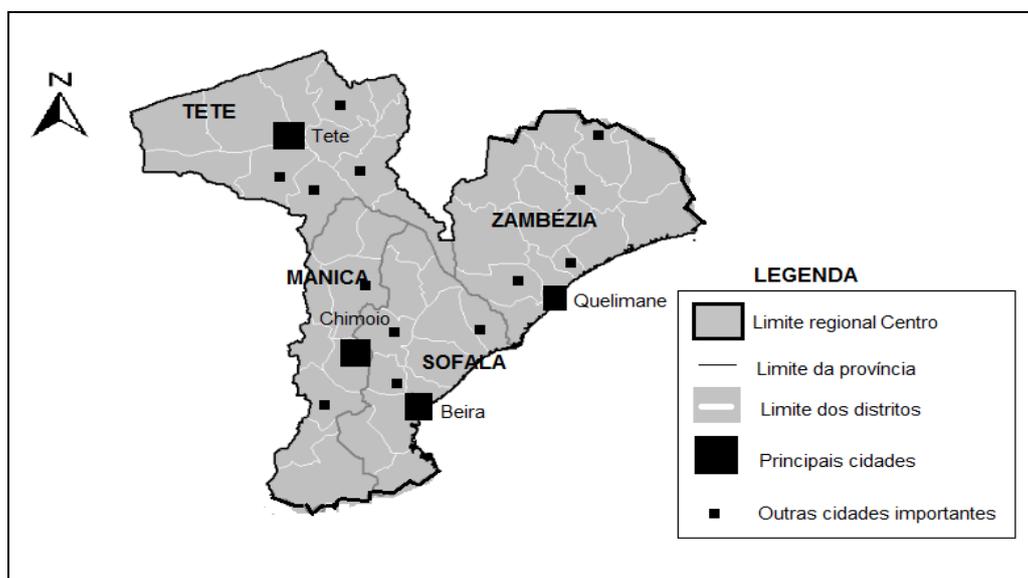


Figura 4 – Região centro de Moçambique  
Fonte: Autor, 2018.

- O Sul compreende os sistemas urbano-regionais de Maputo, Matola, Xai-Xai e Inhambane, que se caracterizam pela concentração de sua população em cidades capitais de províncias e nas vilas sedes municipais e distritais, refletindo elevados índices de urbanização irregular. A dispersa rede de cidades que cobre essa área territorial está concentrada majoritariamente na zona costeira, e é responsável pela projeção de sua influência em nível regional (Figura 5).

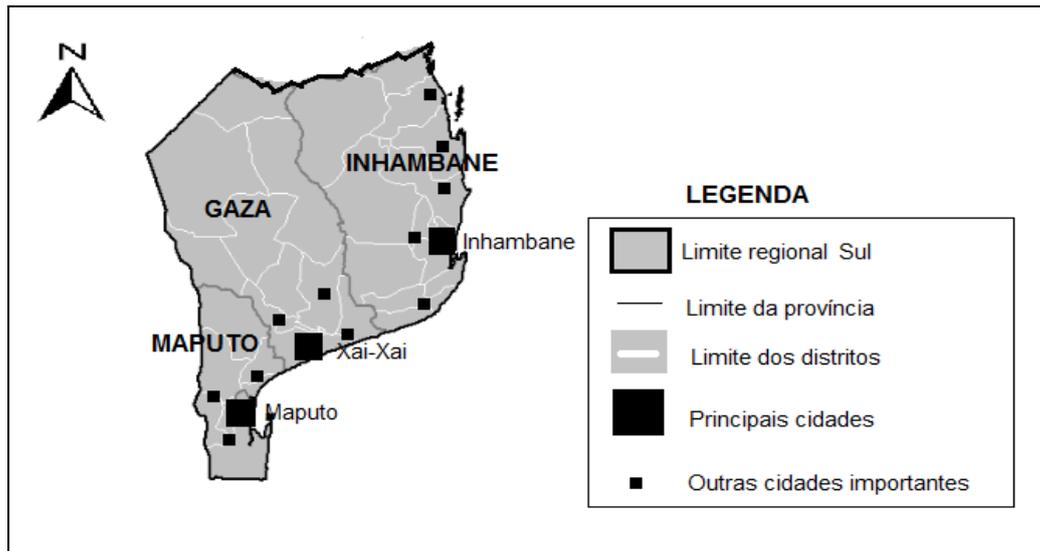


Figura 5 – Região Sul de Moçambique  
Fonte: Autor, 2018.

Também destaca-se que as três regiões do país possuem características que as diferenciam, com a implantação dos famosos “Corredores de Desenvolvimento” norte (Nacala), centro (Beira) e sul (Maputo), englobando sistemas de transportes que interligam regiões costeiras ao interior, facilitando o fluxo de mercadorias e pessoas, constituindo, de um modo geral, como mecanismo político de desenvolvimento das regiões (BOLFE et al., 2011).

Observa-se que Nampula possui a configuração mais densa e consolidada do Norte, contando com as regiões de influência de Nacala, Monapo, Ilha de Moçambique para leste e Ribawe, Malema e Cuamba (província do Niassa) para Oeste. Além disso, exerce influência a norte, abrangendo as vilas sedes dos distritos sul da província de Cabo Delgado e a sul exerce influência das províncias mais a norte da província da Zambézia. Por isso se considera que a partir de Nampula se organiza o território de toda região Norte de Moçambique (Figura 6).

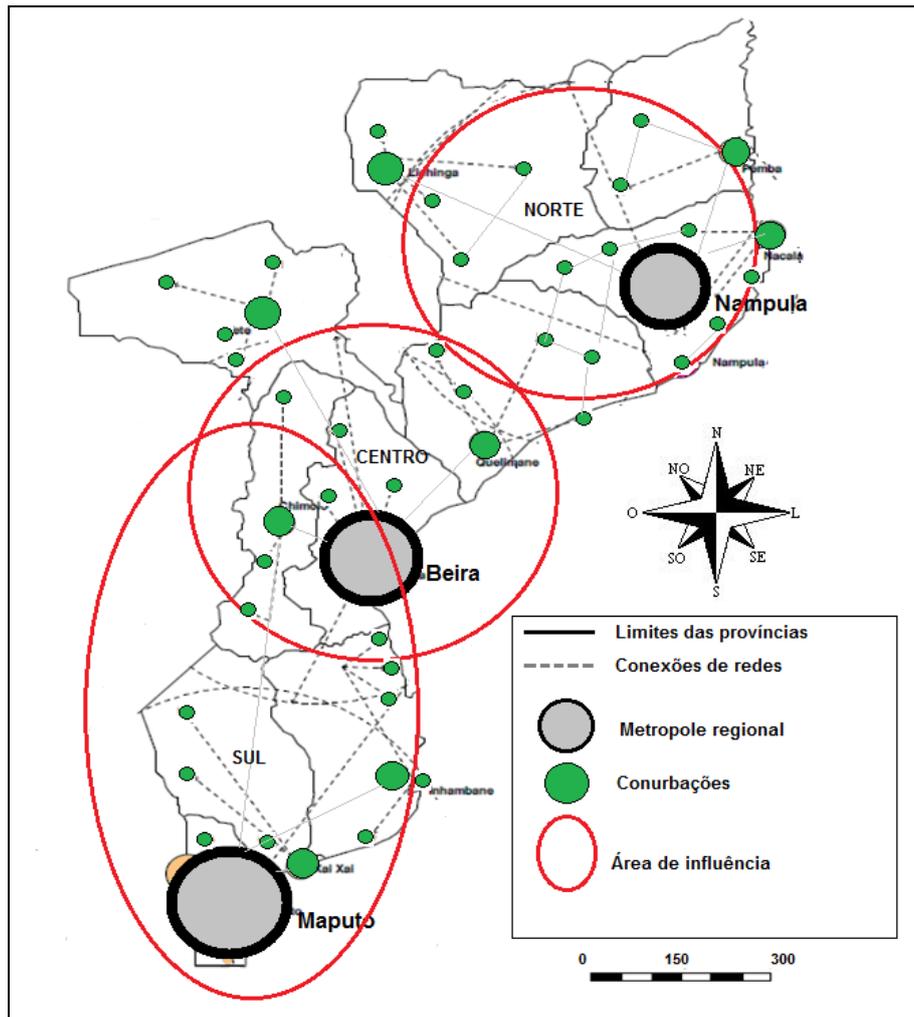


Figura 6 – Tendência de formação de Metrôpoles regionais em Moçambique  
Fonte: Autor, 2018.

Portanto, Niassa apresenta uma rede menos densa e marcadamente orientada para o interior, destacando o centro urbano regional de Lichinga, dado a sua importância na estruturação do sistema urbano colonial, os centros sub-regionais de Cuamba têm um papel estruturador muito importante.

Na província de Cabo Delgado há a segunda mais alta taxa de crescimento urbano do Norte do país, bem como a mais elevada primazia urbana nos últimos tempos, o que pode evidenciar o caráter ainda incompleto da urbanização desse sistema urbano setentrional, onde a guerra colonial se deu com maior intensidade. Nampula é a província com maior número de cidades municipais no país, a sua cidade capital provincial, que ostenta mesmo nome é a terceira mais populosa, depois de Maputo e Matola, com mais de 700 mil habitantes, segundo dados preliminares do Censo Populacional de 2017, divulgados pelo INE.

Na zona centro encontramos a Beira, a segunda maior cidade do país, na província de Sofala que, por sua vez, é a província que mais cresce em termos populacionais, seguida da Zambézia.

Na zona sul encontramos a cidade de Maputo na província com o mesmo nome, área metropolitana que compreende as cidades de Maputo e Matola com cerca de 2 milhões de habitantes. É uma região metropolitana que exerce influência muito forte na região Sul e no resto do país.

Desta forma, portanto, verificam-se mudanças no estágio atual da urbanização em Moçambique através da existência de três grandes regiões urbanas: Região Sul, Centro e Norte. Essas grandes estruturas urbanas são constituídas por onze (11) subsistemas comandados por uma (1) metrópole. A rede urbana moçambicana tem se tornado mais complexa, uma vez que a configuração da espacialidade reflete a articulação socioespacial que se tem formado entre as cidades moçambicanas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A complexa rede urbana que tende a se reconfigurar em Moçambique é, por um lado, o resultado da tendência da evolução demográfica, desconcentração das atividades econômicas e, por outro, o desenvolvimento de outros espaços que modelam a estrutura da rede urbana do território.

A aglomeração urbana metropolitana do sul do país apresenta-se já consolidada e estruturas correspondentes às cidades de Maputo e Matola têm um peso significativo na região e em todo o país, incluindo alguns territórios vizinhos. Verifica-se a modificação das suas feições com a diversificação e a incorporação de novas áreas expandidas ou de crescimento que se articulam formando conexões internacionais.

Há uma tendência de formação de aglomeração urbana metropolitana no norte moçambicano, com essas características do padrão de urbanização, sendo nítidas na medida em que se verifica a ampliação dos fluxos migratórios, responsáveis pela manutenção de altas taxas de crescimento populacional nas aglomerações urbanas não metropolitanas. A complexidade da rede urbana pode ser reconhecida por distintos processos, genericamente agrupada em dois grandes blocos: de um lado figuram as capitais provinciais e capitais regionais que exercem influência nos fluxos da região, e, de outro, figuram as áreas conurbadas, as quais estão, em geral, inseridas as regiões rurais, que nos últimos decênios

têm sido fonte de atração de novos investimentos produtivos, principalmente da extração industrial, o que tende a ampliar a face do padrão de urbanização articulada na região.

No que diz respeito ao processo de transfiguração da rede urbana em Moçambique, esse se encontra em fase de transição, evoluindo para o desenvolvimento espacial em forma de polos. Há que considerar ainda que deverão ocorrer impactos importantes, decorrentes dos investimentos programados por polos regionais, tendo em conta os principais corredores de transportes (ferrovias e rodovias), os quais poderão contribuir para redefinir a configuração territorial do país e a rede de cidades.

## REFERÊNCIAS

ACIOLY, C. C. **Planejamento urbano, habitação e autoconstrução**: experiências com urbanização de bairros na Guiné-Bissau. Delft: TUD, 1993. 189 p.

BOLFE, É. L.; BATISTELLA, M.; RONQUIM C. C.; HOLLER, W. A.; MARTINHO, P. R. R.; MACIA, C. J.; MAFALACUSSER, J. Base de dados geográficos do “Corredor de Nacala”, Moçambique. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - SBSR, 15., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: INPE, 2011. p. 3997.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 23-33.

\_\_\_\_\_. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004.

FREITAS, E. de. Hierarquia das cidades no Brasil. **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/hierarquia-das-cidades-no-brasil.htm>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2018.

FORJAZ, J. Urbanização e Ordenamento Territorial. In: REUNIÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS MOÇAMBICANOS, 6., 2009, Maputo. **Anais...** Maputo, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. **IIº Recenseamento Geral da População e Habitação**. Maputo: INE, 1997.

\_\_\_\_\_. **IIIº Recenseamento Geral da População e Habitação**. Maputo: INE, 2007.

\_\_\_\_\_. **IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**. Dados preliminares. Maputo: INE, 2018.

LEITZKE, A.; FRESCA, T. M. Londrina não é cidade média. In: SEMANA DE GEOGRAFIA, 25.; SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO NORTE DO PARANÁ, 4., 2009, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2009. p. 1-15.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 2 de 28 de Maio de 1997. **Lei base das Autarquias Locais**. Maputo, maio 1997a.

\_\_\_\_\_. Assembleia da República. Lei 11/97, de 31 de Maio. Lei das finanças e património das autarquias locais. **Boletim da República**, Maputo, 31 maio 1997b.

\_\_\_\_\_. Lei nº 19/97 de 1 de Outubro. Lei de Terra. **Boletim da República**, Assembleia da República de Moçambique, Maputo, Série I, n. 40, 1997c.

\_\_\_\_\_. Lei nº8/2003 de 19 de maio de 2003. Estabelece princípios e normas de organização, competências e funcionamento dos órgãos locais do Estado nos escalões de província, distrito, posto administrativo e de localidade. **Boletim da República**, Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo, Série I, n. 20, 1º Suplemento, 19 maio 2003.

\_\_\_\_\_. **Constituição da Republica de Moçambique**. Maputo: Assembleia da Republica, nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 60/2006 de 26 de dezembro. Regulamento do Solo Urbano. **Boletim da República**, Maputo, Série I, n. 52, dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Lei n. 29, de 18 de Julho de 2007. **Lei de Ordenamento do Território**. Maputo - Moçambique, 2008. 16 p.

SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

UN-HABITAT, **Mozambican urban sector profile; programa: rapid urban sector profiling for sustainability (RUSPS)**; Nairobi Kenya: Un-habitat, 2008.

UNFPA – Fundo das Nações Unidas de Apoio a População. **Relatório da Situação da População Mundial 2017**. Nova York : UNFPA, 2017. 140 p.

VENNETIER, P. **Urbanization et développement dans les pays tropicaux**. Bordeaux : Centre d'Etudes de Géographie Tropicale, 1991. 201 p.

WANDERLEY, M. N. B. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. 2001. Disponível em: <<http://www.ipese.com.br/manabawa.itf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.